



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - [www.jfms.jus.br](http://www.jfms.jus.br)**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10421096/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001883-07.2023.4.03.8002 – SEI****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

Torna-se público que a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL, sediada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128, Parque dos Poderes, CEP 79037-102, Campo Grande/MS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço total do item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 27/12/2023

Horário: 10:30 horas - Horário oficial de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <http://www.gov.br/compras>

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência nº 10418815;**ANEXO II** – Modelo da Proposta Comercial;**ANEXO III** – Minuta do Termo de Contrato nº 10317679.**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Seguro Predial, com cobertura de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, Danos elétricos e Vidros, para os prédios utilizados pela Justiça Federal de 1º Grau – MS, pelo Juizado Especial Federal e Turma Recursal, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço total do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/090015

Fonte: 100 - Tesouro

Programa de Trabalho Resumido: 168312 - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Elemento de Despesa: 33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <http://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação as microempresas e empresas de pequeno porte, devido à vedação contida no inciso VIII do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Também não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.8. Não será admitida a participação de empresa corretora de seguros na intermediação da execução do presente Contrato, nem inclusão de despesas com taxa de corretagem, assistência técnica, ou administração de seguros;

4.3.9. Empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

4.3.9.1. A vedação acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

4.3.10. Não será admitida, também, a participação de servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

4.3.11. Não poderá participar empresa cujo sócio majoritário esteja proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.2. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor total do item (prêmio);
- 6.1.1.1. O prêmio líquido total deverá abranger o valor do prêmio líquido, acrescido do custo da apólice, correspondendo, portanto, ao custo total da contratação do seguro.
- 6.1.1.2. Os preços apresentados não se submetem à incidência de IOF, nos termos do art. 2º, § 3º do Decreto 6.306/07.
- 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias) dias, a contar da data limite para a sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item (prêmio).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço total do item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.21.1. prestados por empresas brasileiras

7.21.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo máximo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior aos preços estimados ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estabelecido no subitem 7.23.2, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação formal do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

## **9.8. Habilitação Jurídica:**

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



9.8.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.8. Será verificada a compatibilidade do objetivo social, constante do Estatuto/Contrato Social ou Certidão Simplificada da Junta Comercial, com o objeto da licitação.

## **9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1. Havendo na localização da sede do licitante mais de um distribuidor, deverá ser apresentada uma certidão de cada um deles.

## **9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1. Certidão de Regularidade e Certidão de Administradores, emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para fins de participação em licitação que comprove a inexistência de pendências perante aquele órgão.

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.14. As certidões que não trouxerem expresso o prazo de validade, considerar-se-á 06 (seis) meses da data da sua expedição.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação no sistema eletrônico, e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor total em algarismos (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado, de forma global, ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2. Regularmente convocado para assinar o TERMO DE CONTRATO, o adjudicatário deverá fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da disponibilização no “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)”.

14.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2. A assinatura do TERMO DE CONTRATO dar-se-á mediante cadastro de usuário externo no sítio da Justiça Federal - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, no endereço eletrônico <http://www.jfms.jus.br/> no ícone “sei! ACESSO EXTERNO SISTEMA SEI” (Link para acesso: [https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=1)). Para tanto, o representante indicado na Proposta Comercial para assinatura eletrônica do TERMO, deverá cadastrar a senha, mediante e-mail pessoa física.

14.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

14.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº

3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. Os critérios de recebimento do objeto estão previstos na cláusula sexta da minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

16.1 As obrigações da Contratada e da Contratante estão estabelecidas nas cláusulas décima terceira e décima quarta da minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na cláusula décima da minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3. apresentar documentação falsa;

18.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6. não mantiver a proposta;

18.1.7. cometer fraude fiscal;

18.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

18.1.9. declarar informações falsas.

18.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.4.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.4.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na cláusula décima sexta da minuta do Termo de Contrato, anexo deste Edital.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [admms-compras@trf3.jus.br](mailto:admms-compras@trf3.jus.br), aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio

eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital ([admms-compras@trf3.jus.br](mailto:admms-compras@trf3.jus.br)).

19.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

19.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre as informações insertas no SIASG/Compras Governamentais e o Edital, prevalecerão as do Edital.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, <https://web.trf3.jus.br/contas/Licitacoes> ou <http://www.jfms.jus.br/2023/>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Parque dos Poderes, CEP 79037-102 - Campo Grande - MS, nos dias úteis, no horário das 11 às 18 horas.

**ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10418815/2023

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Seguro Predial com cobertura de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, Danos elétricos e Vidros, para os prédios utilizados pela Justiça Federal de 1º Grau – MS, pelo Juizado Especial Federal e Turma Recursal, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.1.2. Para as coberturas de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, a forma de contratação será como primeiro risco relativo sem franquia.

1.1.3. Para as coberturas acessórias, serão na forma de primeiro risco absoluto com franquia de no mínimo 10% dos prejuízos com mínimo de R\$ 1.000,00, exceto para as coberturas de roubo e furto que também serão sem franquia.

Descrição

Valor do Prêmio - Máximo Estimado

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Seguro Predial com cobertura de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, Danos elétricos e Vidros, para os prédios utilizados pela Justiça Federal de 1º Grau – MS, pelo Juizado Especial Federal e Turma Recursal, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul.

17.495,00

**2. JUSTIFICATIVA**

O contrato de seguro predial, celebrado com a empresa SOMPO SEGUROS, teve vigência até 09/12/2023, sem espaço temporal para prorrogação de vigência, posto que atingiu o limite legal de 60 meses (art. 57, II, da Lei 8.666/93).

Assim, há necessidade de realização de nova licitação a fim de resguardar, por intermédio de indenização, os possíveis danos/prejuízos que os imóveis venham a sofrer.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A vigência do novo contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por períodos iguais e sucessivos na forma da Lei e no interesse da Administração.

**4. LOCALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS**

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CNPJ: 05.422.922/0001-00

1. Prédio-Sede da Subseção Judiciária de Campo Grande, localizado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-102

2. Prédio do Juizado Especial Federal de Campo Grande, localizado à Rua 14 de Julho, nº 356, Vila Glória, Campo Grande/MS, CEP 79.004-390

3. Prédio do Arquivo Geral, localizado à Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 1545, Jardim Guarujá, Campo Grande/MS, CEP 79.051-000

4. Prédio da Turma Recursal de Campo Grande, localizado à Rua Marechal Rondon, nº 1259, Centro, Campo Grande/MS, CEP CEP: 79002-205

Servidor (a) responsável pelos prédios de Campo Grande:

Darci Júnior - Servidor(a) da Seção de Engenharia

Telefone: (67) 3320-1100

5. Prédio da Subseção Judiciária de Dourados, localizado à Rua Ponta Porã, nº 1.875, Bairro Jardim América, Dourados/MS, CEP 79.824-130

6. Prédio do Juizado Especial Federal de Dourados, localizado à Rua Ponta Porã, nº 1.875, Bairro Jardim América, Dourados/MS, CEP 79.824-130

Servidor (a) responsável pelos prédios de Dourados:

Júlio Cezar- Diretor(a) do Nucleo de Apoio Regional – NUAR/Dourados

Telefone: (67) 3422-9828 -

7. Prédio da Subseção Judiciária de Três Lagoas, localizado à Av. Antonio Trajano, nº 852 (Praça Getúlio Vargas), CEP 79601-002, Três Lagoas/MS

Servidor(a) responsável: Cristiani Luchesi - Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo – SUAP/TL

Telefone: (67) 3320-1100

8. Prédio da Subseção Judiciária de Corumbá, localizado à Rua Campo Grande, nº 703, Bairro Nossa Senhora de Fátima – Corumbá/MS, CEP. 79.320-080

Servidor(a) responsável: Wilker - Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo – SUAP/CB

Telefone: (67) 3320-1100

9. Prédio da Subseção Judiciária de Ponta Porã, localizado à Rua Baltazar Saldanha, nº 1.917, Bairro Jardim Ipanema, Ponta Porã/MS, CEP 79.900-000

Servidor(a) responsável: Francisco João - Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo – SUAP/PPA

Telefone: (67) 3422-9828

10. Prédio da Subseção Judiciária de Naviraí, localizado à Praça Prefeito Euclides Antônio Fabris, nº 89, Quadra A2, Centro, Naviraí/MS, CEP 79.950-000

Servidor(a) responsável: Edson - Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo – SUAP/NV

Telefone: (67) 3422-9804

11. Prédio da Subseção Judiciária de Coxim, localizado à Rua Viriato Bandeira, 711, 2º piso, Centro, Coxim/MS, CEP 79.400-000

Servidor(a) responsável: Janildo Carlos- Agente de Polícia Judicial

Telefone: (67) 3291-4018



## 5. DOS RISCOS A SEREM COBERTOS:

### 5.1 Incêndios, Raios, Explosão, Implosão:

5.1.1 Incêndios de qualquer natureza, inclusive decorrentes de tumultos, independentes do local de sua origem;

5.1.2 Queda de raio dentro da área do terreno onde estiverem localizados os bens segurados e desde que haja vestígios inequívocos da ocorrência;

5.1.3 Explosão ou implosão de qualquer natureza, desde que atingindo bens localizados dentro da área do estabelecimento segurado ou dentro do edifício onde o estabelecimento estiver localizado, independente do local de sua origem.

5.1.4 Despesas decorrentes de providências tomadas para combate à propagação do sinistro, para o salvamento e proteção dos bens descritos na apólice;

5.1.5 Reembolso de despesas com desentulho do local até 1% (um por cento) do Limite Máximo de Responsabilidade desta cobertura.

### 5.2 Dano Elétrico:

5.2.1 Garante a indenização por danos com fusão, carbonização, queima ou derretimento de fios, enrolamentos, circuitos e aparelhos elétricos e eletrônicos, por calor provocado por eletricidade gerado artificialmente em decorrência de condição acidental, súbita e imprevista.

### 5.3 Quebra de Vidros e Espelhos:

5.3.1 Prejuízos decorrentes de quebra de vidros e espelhos que fizerem parte integrante da edificação segurada e nela estiverem regularmente instalados, desde que tal quebra seja causada por imprudência ou culpa de terceiros, ou por ato involuntário do Segurado, empregados e/ou prepostos do mesmo, ou ainda por ação de variação térmica. Serão reembolsadas as despesas com vedação provisória, em caso de quebra de vidros.

### 5.4 Responsabilidade Civil:

5.4.1 Reembolso dos valores de reparação pelos quais, o Segurado, vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou acordo previamente autorizado de modo expresse pela Seguradora, por danos materiais e/ou corporais causados involuntariamente a terceiros, ocorridos e reclamados durante a vigência do contrato, exclusivamente no local de risco, decorrentes do uso, existência e conservação do imóvel;

5.4.2 Despesas com custas judiciais cíveis e honorários de advogados nomeados pelo Segurado e aprovado pela Seguradora, para atuar em processos de ações cíveis decorrentes dos sinistros cobertos.

5.5 Vendaval, Granizo, Impacto de veículos terrestres, Queda de aeronave ou qualquer tipo de engenho aéreo e/ou espacial e Fumaça.

5.5.1 Danos materiais causados ao estabelecimento e aos bens, segurados pelos riscos enumerados no título desta cláusula, além das despesas com desentulho do local, limitado a 1% (um por cento) do Limite Máximo de Responsabilidade desta cláusula.

Obs.: Em caso de dúvida sobre a ocorrência de um destes eventos, a Seguradora fará a devida caracterização mediante constatação de evidências em outros estabelecimentos da localidade.

### 5.6 Roubo/Furto Qualificado de Bens:

5.6.1 Garante indenização de bens subtraídos, nos prédios referidos no item 4, até o limite estipulado no contrato e sem franquia.

## 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Certidão de Regularidade e Certidão de Administradores, emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para fins de participação em licitação que comprove a inexistência de pendências perante aquele órgão.

## 7. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO

Correrão por conta da Seguradora, até o limite máximo da garantia fixado no contrato:

7.1 As despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo Segurado durante e/ou após a ocorrência de um sinistro.

7.2 Os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na

tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

7.3 São indenizáveis os danos materiais diretamente resultantes dos riscos cobertos, e os danos e despesas decorrentes de providências tomadas para minimização dos prejuízos e para o salvamento e proteção dos bens segurados nesta apólice.

7.4 Indenizar os prejuízos apurados em até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação comprobatória do sinistro.

## 8. CRITÉRIOS IMPORTANTES PARA A DETERMINAÇÃO DA INDENIZAÇÃO

8.1. Para apuração das indenizações, a Seguradora valer-se-á da identificação física do remanescente dos bens segurados e da contabilidade oficial do estabelecimento segurado.

8.2. Tomar-se-á por base o valor atual, isto é, o custo de reposição, aos preços correntes, no dia e local do sinistro, menos a depreciação pelo uso, idade e estado de conservação.

8.3 - O Segurado deverá iniciar os reparos ou reposição dos bens no prazo de 6 (seis) meses a partir da data da ocorrência do sinistro, para que a diferença antes deduzida sirva para garantir o valor de novo.

8.4 - A indenização pelo valor de novo não poderá ser superior a duas vezes o valor atual.

8.5 - Para mercadorias e matérias-primas, se tornará por base o custo de reposição, no dia e local do sinistro, limitado ao valor da venda, se este for menor.

8.6 - No caso de arquivos, registros, documentos, manuscritos, desenhos, plantas e projetos, se tornará por base o valor do material em branco mais o custo de copiar informações originais.

8.7 - Não serão indenizados os custos de pesquisas, engenharia, restauração/recriação de informações perdidas e de elaboração de programas(softwares);

8.8 - O prazo para o pagamento de indenização é de 30 (tinta) dias após o protocolo de entrega do último documento exigido na regulação. Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares para a liquidação do sinistro, e diante de dúvida fundada e justificável, o prazo será suspenso, e dar-se-á continuidade a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.9 - Se por este prazo não for cumprido, o valor da indenização estará sujeito a aplicação de juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da indenização, sem prejuízo de sua atualização.

8.10 - Todas as despesas efetuadas com a comprovação do sinistro e com os documentos de habilitação efetivamente necessários a essa comprovação, ficam por conta do Segurado, salvo as diretamente realizadas ou autorizadas pela Seguradora de forma expressa e as devidamente estipuladas nas coberturas contratadas.

8.11 - A Seguradora também indenizará o custo das desmontagens e remontagens que se fizerem necessárias.

8.12 - Deve ser deduzido das indenizações o valor da franquia, assim como toda e qualquer parte danificada do sinistrado que tenha valor econômico e permaneça de posse do segurado (salvados), se duas ou mais franquias previstas nesta apólice forem aplicáveis a uma única ocorrência, quando deverá ser utilizada a franquia de maior valor; a menos que haja disposição em contrário.

8.13 - Os atos ou providências que a Seguradora praticar após o sinistro não importam, por si só, no reconhecimento da obrigação de pagar a Indenização reclamada.

8.14 - A Seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como a instauração de inquéritos ou processos em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.15 - À Seguradora, para indenizar o segurado, reserva-se o direito de optar entre o pagamento em dinheiro ou a reposição dos bens destruídos ou danificados, mediante acordo entre as partes.

8.16 - Salvo disposição em contrário, o seguro de um interesse por menos do que valha, acarreta redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.

## 9. VISTORIA

9.1. A vistoria dos locais será facultativa, porém, é de inteira responsabilidade das empresas apurar todas as condições, medidas e técnicas necessárias para a execução do objeto.

9.2. A Contratante não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a execução ou a conclusão dos serviços devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.3. A vistoria poderá ser agendada com os responsáveis (item 4).

## 10. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.1 As apólices de seguros deverão ser entregues na Secretaria Administrativa – SADM - da Justiça Federal de Primeiro Grau – MS, à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, no Parque dos Poderes, em Campo Grande – MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do termo de contrato.

## 11. VALORES DOS BENS

### ITEM

### PRÉDIOS

### ÁREAS CONSTRUÍDAS

### VALOR DO IMÓVEL (R\$)

### VALOR DO CONTEÚDO(R\$)

### VALOR TOTAL POR UNIDADE (R\$)

1

SEDE CGDE

5.000 m<sup>2</sup>

R\$ 3.986.000,00

R\$ 4.610.000,00

8.596.000,00

2

JEF CGDE

1.145 m<sup>2</sup>

R\$ 1.053.000,00

R\$ 1.127.000,00

2.180.000,00

3

ARQUIVO GERAL CGDE

650 m<sup>2</sup>

R\$ 388.400,00

R\$ 191.000,00

579.400,00

4

TURMA RECURSAL CGDE

3.100 m2

R\$ 306.000,00

R\$ 445.000,00

751.000,00

5

JF DOURADOS

1.230 m<sup>2</sup>

R\$ 1.314.000,00

R\$ 1.911.000,00

3.225.000,00

6

JEF DOURADOS

1.130 m<sup>2</sup>

R\$ 1.116.000,00

R\$ 955.000,00

2.071.000,00

7

JF TLAGOAS

5.470 m2

R\$ 6.455.000,00

R\$ 955.000,00

7.410.000,00

8

JF CORUMBÁ

2.608 m<sup>2</sup>

R\$ 3.810.000,00

R\$ 573.000,00

4.383.000,00

9

## JF PPORÃ

1.500 m<sup>2</sup>

R\$ 919.200,00

R\$ 828.000,00

1.747.200,00

10

## JF NAVIRAÍ

785 m<sup>2</sup>

R\$ 540.000,00

R\$ 573.000,00

1.113.000,00

11

## JF COXIM

820 m<sup>2</sup>

R\$ 600.000,00

R\$ 573.000,00

1.173.000,00

## TOTAIS GERAIS

R\$ 20.487.600,00

R\$ 12.741.000,00

R\$ 33.228.600,00

## 12. VALORES DAS COBERTURAS

12.1 – Deverão ser considerados os seguintes valores mínimos para as coberturas:

12.1.1 - Prédio-Sede – Campo Grande/MS

## Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio.....  
2.Vendaval.....  
3.Vidros.....  
4.Responsabilidade civil.....  
5.Danos elétricos.....  
6.Impacto de veículos.....  
8.596.000,00  
500.000,00  
20.000,00  
50.000,00  
50.000,00  
200.000,00

#### 12.1.2 - Prédio do Juizado Especial Federal de Campo Grande - JEF

##### Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....  
2.Vendaval.....  
3.Vidros.....  
4.Responsabilidade civil.....  
5.Danos elétricos.....  
6.Impacto de veículos.....  
2.180.000,00  
140.000,00  
5.000,00  
20.000,00  
20.000,00  
50.000,00

#### 12.1.3 - Prédio do Arquivo Geral de Campo Grande

##### Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio.....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

579.400,00

100.000,00

3.000,00

10.000,00

20.000,00

50.000,00

12.1.4 - Prédio da Turma Recursal de Campo Grande

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

751.000,00

72.000,00

7.500,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

### 12.1.5 – Prédio da Subseção de Dourados

#### Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

#### Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

3.225.000,00

150.000,00

10.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

### 12.1.6– Prédio do Juizado Especial Federal de Dourados – JEF Dourados/MS

#### Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

#### Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

2.071.000,00

150.000,00



10.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

12.1.7 – Prédio da Subseção de Três Lagoas

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

- 1.Incêndio/explosão/raio .....
- 2.Vendaval.....
- 3.Vidros.....
- 4.Responsabilidade civil.....
- 5.Danos elétricos.....
- 6.Impacto de veículos.....
- 7.410.000,00
- 500.000,00
- 50.000,00
- 50.000,00
- 50.000,00
- 50.000,00

12.1.8 – Prédio da Subseção de Corumbá

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

- 1.Incêndio/explosão/raio .....
- 2.Vendaval.....
- 3.Vidros.....
- 4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

4.383.000,00

150.000,00

10.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

#### 12.1.9 – Prédio da Subseção de Ponta Porã

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

1.747.200,00

200.000,00

10.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

#### 12.1.10 – Prédio da Subseção de Naviraí

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

1.113.000,00

100.000,00

20.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

12.1.11 – Prédio da Subseção de Coxim

Coberturas

item 1 - (1º risco relativo)

demais itens (1º risco absoluto)

Valores (R\$)

1.Incêndio/explosão/raio .....

2.Vendaval.....

3.Vidros.....

4.Responsabilidade civil.....

5.Danos elétricos.....

6.Impacto de veículos.....

1.173.000,00

100.000,00

10.000,00

20.000,00

20.000,00

50.000,00

### 13. GENERALIDADES

13.1 A Contratada deverá providenciar a regulação de sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Justiça Federal de Primeiro Grau - MS e o pagamento das indenizações devidas, se for o caso.

13.2 A Contratada deverá atender aos chamados técnicos da Justiça Federal de Primeiro Grau – MS no prazo de

até 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 A Contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Justiça Federal de Primeiro Grau – MS, cabendo à Justiça Federal tão somente o pagamento da franquia.

13.4 A Contratada deverá indicar, por escrito, aos Fiscais e ao Gestor, em até 2 (dois) dias após a emissão da apólice, o preposto, do seu quadro de pessoal, com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato, que deverá transmitir instruções e orientações, esclarecer dúvidas e solucionar eventuais problemas, além de manter informado o Fiscal do Contrato sobre qualquer irregularidade observada.

#### 14. ACEITABILIDADE DE PREÇOS

14.1. Não serão aceitas propostas finais que imprimam valores superiores aos indicados no item 1.

#### 15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. De acordo com o Edital.

#### 16. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Resumo dos equipamentos de segurança:  
EQUIPAMENTOS

LOCAIS

SEDE C. Grande

JEF C. Grande

Arquivo Geral

T. Recursal Cgrande

Sub Dourados

JEF Dourados

Sub Três Lagoas

Sub Corumbá

Sub Ponta Porã

Sub Naviraí

Sub Coxim

Extintores

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Hidrantes Externos ou Hidrantes Internos

X

X

X

X

X

Hidrantes Externos E Hidrantes Internos

X

X

X

X

Brigada de Incêndio especializada

X

X

X

X

X

Bomba móvel mangotinhos e PAM

X

X

Controle de Acesso de Veículos

X

X

X

X

X

X

X

X

Cancelas

X

X

X

Enclausuramento de Veículos ao Prédio

X

X

X

Vigilantes Armados (fixos e rondantes)

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Vigilantes Desarmados (fixos e rondantes)

X

X

Sistema de Alarme

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

X

Circuitos Internos de TV

X

X

X

X

X

X

X

Sensores

X

X



X

X

X

Portas Especiais

X

X

X

X

X

Interligação de Alarmes a Centrais de Segurança Externa

X

X

X

X

Capacidade de Reservatório D'água Exclusivo para Combate de Incêndio

X

X

X

X

X

O local é protegido por pára-raios

X

X

X

X

X

X

X

## **ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**01 – NOME DA EMPRESA:**

**02– NÚMERO DO CNPJ:**

**03 – ENDEREÇO:**

04 – BAIRRO:

CIDADE/UF:

CEP:

05 – FONE: ( )

FAX: ( )

06 – NOME PARA CONTATO:

07 - E-MAIL PARA COMUNICAÇÕES RELATIVAS À CONTRATAÇÃO:

NOTA: AS COMUNICAÇÕES FEITAS PELO CONTRATANTE EM DECORRÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO OU DE EVENTUAIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS A ELA INERENTES, INCLUSIVE AS RELATIVAS AO INFORME DE RENDIMENTOS ANUAL (CONFORME PREVISÃO CONTIDA NO ARTIGO 37 DA INSRF Nº 1234/2012, EM SE TRATANDO DE PESSOA JURÍDICA, E NO § 3º, DO ARTIGO 3º DA INSRF Nº 2.060/2021, NO CASO DE PESSOA FÍSICA), SERÃO REALIZADAS, EM REGRA, POR VIA ELETRÔNICA, NO CORREIO ELETRÔNICO ACIMA INDICADO, DEVENDO O CONTRATADO MANTÊ-LO ATUALIZADO.

08 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Edital (Cláusula 10ª da Minuta do Termo de Contrato - Anexo III)

09 – VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias

O prazo de validade da proposta será de 60 dias, a contar da data limite para a sua apresentação.

10 – PRAZO DE ENTREGA: Conforme termo de referência

11 – CONTA CORRENTE Nº

12 – NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

13 – NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA:

14 – DOCUMENTO DE COBRANÇA: deverá constar obrigatoriamente no corpo do documento fiscal, o número da Nota de Empenho a que este se refere, bem como os dados bancários da empresa.

Declaramos, para fins do disposto no artigo 1º da Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, que não empregamos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Contratante, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\*Conforme item 7.5.1 do Edital, os lances deverão ser ofertados sobre o **valor total do item (prêmio)**.

Descrição	Valor do Prêmio
Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Seguro Predial com cobertura de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, Danos elétricos e Vidros, para os prédios utilizados pela Justiça Federal de 1º Grau – MS, pelo Juizado Especial Federal e Turma Recursal, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul.	

Local e data

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

### **ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

#### **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO 10317679**

**CONTRATO DE SEGURO PREDIAL, QUE ENTRE SI FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA XX.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL**, com sede à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.422.922/0001-00, neste ato representada pela Juíza Federal Diretora do Foro ou pelo Juiz Federal Vice Diretor do Foro, no exercício da direção, designados pelo Ato nº 10611, de 08/03/2022, da Presidência do Egrégio Conselho da Justiça Federal da Terceira Região, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa xx, com sede no (a) xx, na cidade de xx/xx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx, neste ato representada pelo(a) senhor(a) xx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xx, expedida pela(o) xx, e CPF nº xx, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta nos Processos nº 0001883-07.2023.4.03.8002 e xx, e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018, e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 24/2023 (xx), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial, com cobertura de Incêndios, Raios, Explosão, Implosão, Danos elétricos e Vidros, para os prédios utilizados pela Justiça Federal de 1º Grau – MS, pelo Juizado Especial Federal e Turma Recursal, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul e relacionados na cláusula quinta deste termo, conforme especificações constantes do Termo de Referência 10418815/2023, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico, e da Proposta Comercial da CONTRATADA (xx).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico.
2. Não será admitida a participação de empresa corretora de seguros, na intermediação da execução do contrato de seguros, nem inclusão de despesas com taxa de corretagem, assistência técnica ou administração de seguros, conforme Acórdão nº 0600/2015 - TCU - Plenário.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução dos serviços será por empreitada por regime de empreitada por preço global.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DA APÓLICE**

As apólices de seguros deverão ser entregues na Secretaria Administrativa - SADM, da Justiça Federal de Primeiro Grau em MS, situada à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, no Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da contratação dos serviços, que ocorrerá a partir da assinatura deste termo de contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS EDIFÍCIOS ABRANGIDOS E LOCALIZAÇÃO**

Os edifícios abrangidos pelo objeto deste contrato e suas localizações são os seguintes:

1. **Prédio-Sede da Subseção Judiciária de Campo Grande**, localizado à Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-102
2. **Prédio do Juizado Especial Federal de Campo Grande**, localizado à Rua 14 de Julho, nº 356, Vila Glória, Campo Grande/MS, CEP 79.004-390
3. **Prédio do Arquivo Geral**, localizado à Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 1545, Jardim Guarujá, Campo Grande/MS, CEP 79.051-000
4. **Prédio da Turma Recursal de Campo Grande**, localizado à Rua Marechal Rondon, nº 1259, Centro, Campo Grande/MS, CEP CEP: 79002-205
5. **Prédio da Subseção Judiciária de Dourados**, localizado à Rua Ponta Porã, nº 1.875, Bairro Jardim América, Dourados/MS, CEP 79.824-130
6. **Prédio do Juizado Especial Federal de Dourados**, localizado à Rua Ponta Porã, nº 1.875, Bairro Jardim América, Dourados/MS, CEP 79.824-130
7. **Prédio da Subseção Judiciária de Três Lagoas**, localizado à Av. Antonio Trajano, nº 852 (Praça Getúlio Vargas), CEP 79601-002, Três Lagoas/MS
8. **Prédio da Subseção Judiciária de Corumbá**, localizado à Rua Campo Grande, nº 703, Bairro Nossa Senhora de Fátima – Corumbá/MS, CEP. 79.320-080
9. **Prédio da Subseção Judiciária de Ponta Porã**, localizado à Rua Baltazar Saldanha, nº 1.917, Bairro Jardim Ipanema, Ponta Porã/MS, CEP 79.900-000
10. **Prédio da Subseção Judiciária de Naviraí**, localizado à Praça Prefeito Euclides Antônio Fabris, nº 89, Quadra A2, Centro, Naviraí/MS, CEP 79.950-000
11. **Prédio da Subseção Judiciária de Coxim**, localizado à Rua Viriato Bandeira, 711, 2º piso, Centro, Coxim/MS, CEP 79.400-000

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto será recebido:

1. Provisoriamente, pelo fiscal técnico, mediante atesto, em até 2 (dois) dias do recebimento da apólice, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA;
2. Definitivamente, pelo gestor, em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇO E REPACTUAÇÃO**

1. Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, os valores constantes da proposta comercial, perfazendo o valor total de R\$ xx.
2. O prêmio líquido total deverá abranger o valor do prêmio líquido, acrescido do custo da apólice, correspondendo, portanto, ao custo total da contratação do seguro.

3. Os preços apresentados não se submetem à incidência de IOF, nos termos do art. 2º, § 3º do Decreto 6.306/07.

4. Os preços apresentados poderão ser repactuados, observados interregnos mínimos de 12 (doze) meses, sendo o primeiro período contado da data limite para apresentação da proposta comercial e os períodos subsequentes da data da repactuação imediatamente anterior, mediante demonstração analítica da variação dos custos da apólice.

4.1. somente será passível de deferimento a repactuação pleiteada pela CONTRATADA, dentro do período compreendido entre o interregno mínimo de 12 (doze) meses e a eventual prorrogação subsequente, sendo que se o pedido não for feito de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO**

1. O faturamento será efetuado após o recebimento provisório do objeto desta contratação.

2. O documento de cobrança será emitido em nome da Justiça Federal de 1º Grau em Mato Grosso do Sul situada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, n.º 128 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS, CEP 79037-102 - CNPJ.: 05.422.922/0001-00, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Nota de Empenho e contendo todos os dados desta e outros, conforme abaixo especificado:

2.1. o documento de cobrança deverá ser emitido com o mesmo número de CNPJ constante da documentação apresentada para a habilitação e da Proposta Comercial, o qual serviu de base para a emissão da Nota de Empenho.

2.2. Na hipótese de divergência entre o CNPJ do documento de cobrança e o constante na Nota de Empenho, decorrente da necessidade de alteração do estabelecimento comercial emitente durante a execução do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à emissão do referido documento, declaração justificando a alteração, apresentando, ao mesmo tempo, os comprovantes de regularidade previstos no art. 29, inc. III, da Lei nº 8.666/1993, relativos ao estabelecimento comercial emitente.

2.3. A justificativa, prevista no subitem anterior, para a alteração do estabelecimento comercial emitente do documento de cobrança, se aceita pela CONTRATANTE, após a análise jurídica, implicará em adequação do Contrato, por meio de Termo Aditivo, para inclusão do estabelecimento em questão e de seu respectivo CNPJ, bem como para modificação do favorecido dos recursos orçamentários correspondentes.

2.4. No caso de alteração, nos termos do subitem anterior, a CONTRATADA deverá apresentar os dados bancários relativos ao CNPJ do estabelecimento responsável pela emissão do documento de cobrança, para que o pagamento possa ser efetuado por meio de ordem bancária.

3. No documento de cobrança deverão constar os nomes e os números do banco e da agência, bem como o número da conta corrente à qual se dará o depósito bancário para pagamento, repetindo-se os dados informados na Proposta Comercial.

3.1. Qualquer alteração de dados bancários constantes da Proposta Comercial só será permitida desde que informada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal e encaminhada à Seção de Planejamento e Execução Financeira - SUFI e-mail [admms-sufi@trf3.jus.br](mailto:admms-sufi@trf3.jus.br), antes do processamento do respectivo pagamento.

4. No documento de cobrança não deverá constar material ou serviço de outra Nota de Empenho.

5. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente àquela pertinente aos órgãos públicos federais.

5.1. Se a CONTRATADA sofrer qualquer uma das retenções dos tributos a seguir elencados: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/PASEP (art. 2º, § 6º, da IN RFB nº 1.234/2012) e Contribuição à Previdência Social (IN RFB nº 971/2009), deverá efetuar o destaque, no respectivo documento de cobrança, do valor do imposto de renda e das

contribuições a serem retidos na operação, e, se a legislação municipal assim o exigir, o destaque do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

6. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.), deverá ser encaminhado à CONTRATANTE aos cuidados do(a) diretor(a) do Núcleo de Planejamento da Contratação e Gestão Contratual - NUPG, por meio do endereço eletrônico [admms-nupg@trf3.jus.br](mailto:admms-nupg@trf3.jus.br), ou, excepcionalmente, no endereço da CONTRATANTE, que providenciará o protocolo.

6.1. Quando do recebimento do documento de cobrança, será confirmada a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA mediante consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais referentes à documentação relacionada no Edital e Anexos.

6.2. A CONTRATADA deverá manter os documentos citados no subitem anterior atualizados.

## **CLÁUSULA NONA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

1. Quando do pagamento à CONTRATADA e de acordo com as suas condições específicas, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei nº 9.430/1996, Lei nº 8.212/1991 e regulamentação; e Lei Complementar nº 116/2003, combinada com a correspondente Lei Municipal do local de prestação dos serviços, em cotejo com a Lei Municipal do estabelecimento sede da empresa.

2. Se a CONTRATADA gozar de tratamento diferenciado em virtude de lei, seja na forma de benefícios ou isenções deverá obrigatoriamente apresentar a comprovação definida no dispositivo legal ou regulamentar que lhe garantiu o direito, sob pena de retenção de tributos na fonte.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, nos prazos a seguir indicados, contados da apresentação do regular documento de cobrança, no local e forma indicados na Cláusula "Condições de Faturamento":

1.1 em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento do Contrato, ou de cada parcela, mediante a apresentação do documento de cobrança, quando o valor total da despesa contratada for superior ao limite estabelecido no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993;

1.2 em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do documento de cobrança, quando o pagamento decorrer de despesa cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993.

2. Havendo erro no documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à CONTRATADA, o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 = (6/100)/365 = 0,00016438 \text{ ao dia}$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

4. O pagamento dos encargos moratórios deverá ser objeto de solicitação pela CONTRATADA, não cabendo à Administração fazê-lo de ofício.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta do Programa de Trabalho nº xxx, Elemento de Despesa xx – xx, e Fonte de Recursos 0100000000, conforme Nota de Empenho nº. xx, emitida em xx, no valor de R\$ xx (xx), que poderá ser alterada por anulação ou reforço, conforme o caso, em função do nível de execução das despesas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO**

1. O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 1.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.2. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 1.3. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 1.4. seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 1.5. seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 1.6. haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 1.7. seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2. A Apólice será emitida com vigência inicial e final coincidentes com a vigência do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá, além das obrigações previstas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico:

1. Executar fielmente o objeto deste contrato, comunicando, imediatamente, ao representante legal da CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta;
2. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos profissionais eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. notificar a CONTRATADA por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
4. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas na Cláusula de Condições de Pagamento;
5. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6, do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
6. fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato;
7. realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



8. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
9. arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
10. fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

1. A gerência do contrato será exercida pelo Diretor do Núcleo de Planejamento da Contratação e Gestão Contratual - NUPG, da CONTRATANTE, sendo a fiscalização realizada pelo(s) servidor(es) ou seu(s) substituto(s) especialmente designados(s) pela autoridade competente, mediante Portaria, em conformidade com o disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e alterações, o art. 6º, do Decreto nº 2.271/97, e art. 42, da IN-MPDG nº 05/2017.
2. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:
  - a) a natureza e a gravidade da infração contratual;
  - b) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao serviço e a terceiros;
  - c) a vantagem auferida em virtude da infração;
  - d) as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; e
  - e) os antecedentes da CONTRATADA.
2. Na inexecução parcial ou total do Contrato, sempre por circunstância que lhe seja imputável, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, em conformidade com os art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 ou com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002:
  - a) advertência;
  - b) multa moratória de:
    - b.1) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, limitada a 3% (três por cento), sobre o valor do atualizado do Contrato ou da parcela inadimplida, na demora injustificada para a prestação do serviço ou para o cumprimento das demais obrigações, pelo prazo de até 15 (quinze) dias;
    - b.2) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, nos atrasos superiores a 15 (quinze) dias, limitada a 7,5% (sete e meio por cento), sobre o valor atualizado do Contrato ou da parcela inadimplida, na demora injustificada para a prestação do serviço ou para o cumprimento das demais obrigações, pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) dias;
  - c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato ou da parcela inadimplida, em casos de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias e, também, por ocorrência não prevista na presente cláusula e que descumpra quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, casos em que a Administração poderá aceitar ou rejeitar o bem e, se entender conveniente, formalizar a rescisão unilateral do Contrato, conforme dispõe o art. 78, inc. I e II, da Lei nº 8.666/1993;
  - d) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação assumida;
  - e) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a SJMS pelo prazo fixado pela CONTRATANTE, em conformidade com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais;
  - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

g) impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

3. Em caso de apuração de falta contratual, o valor da multa aplicada será:

3.1. retido dos pagamentos devidos pela Administração, após regular procedimento de apuração de falta contratual;

3.2. pago por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;

3.3. descontado do valor da garantia prestada, quando houver; ou

3.4. cobrado judicialmente.

4. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da CONTRATADA durante a vigência desta contratação, devendo o descumprimento se referir a uma mesma obrigação contratual.

4.1. Caracterizada a reincidência, o valor da multa será majorado em até 1/3 (um terço), levando-se em consideração o número de reiterações e sua gravidade.

5. No caso de a infração causar prejuízo a esta Administração, e este prejuízo exceder o valor da multa compensatória, a Administração poderá exigir indenização suplementar. Nessa situação a sanção de multa valerá como princípio de pagamento, competindo à Administração provar o prejuízo.

6. No caso de não recolhimento do valor da multa por GRU, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, a importância será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente, consoante o art. 86, § 3º, e o art. 87, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Unidade Gestora (especificar), impedimento para licitar e contratar com a União e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

8. Se o descumprimento consistir na perda das condições de habilitação, a Administração concederá o prazo de 30 (trinta) dias para a empresa regularizar a sua situação, sem cominação de penalidade para o período.

8.1. Não regularizando sua situação no prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser aplicada a penalidade de multa à empresa no importe de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor atualizado do Contrato ou sobre a parcela entregue e pendente de regularização, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato e, a critério da Administração, o Contrato poderá ser rescindido.

9. A atualização de valores, para efeito de aplicação de multa, será efetivada com base na variação do IPCA-E/IBGE, apurada a partir do mês correspondente à data limite para a apresentação da Proposta Comercial até o mês imediatamente anterior à ocorrência do fato.

10. As penalidades previstas neste Contrato não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior, caso fortuito ou outro justo motivo reconhecido pela Administração.

11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999.

12. As penalidades aplicadas à CONTRATADA, após regular procedimento de apuração de falta, serão registradas no SICAF e no CEIS.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 78, inc. I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato;

1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

3. Constitui motivo de rescisão contratual a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados à respectiva CONTRATANTE, conforme art. 3º da Resolução nº 007/2005, do Conselho Nacional de Justiça, e suas alterações posteriores.
4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.
5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
  - 5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 5.3. indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS COMUNICAÇÕES**

Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

1. As comunicações feitas à CONTRATANTE deverão ser endereçadas ao Núcleo de Planejamento da Contratação e Gestão Contratual - NUPG, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, nº 128, no Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, Telefone: (67) 3320-1272 e e-mail [admms-nupg@trf3.jus.br](mailto:admms-nupg@trf3.jus.br).
2. As comunicações feitas pela CONTRATANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes, inclusive as relativas ao informe de rendimentos anual (conforme previsão contida no art. 37 da IN RFB nº 1.234/2012, em se tratando de pessoa jurídica, e no art. 3º, § 3º, da IN SRF nº 2.060/2021, no caso de pessoa física), serão realizadas em regra, por via eletrônica, no e-mail [xx@xx](mailto:xx@xx), conforme informado na Proposta Comercial, devendo a CONTRATADA mantê-la atualizada.
3. À CONTRATADA caberá confirmar o recebimento da correspondência eletrônica, no prazo de 1 (um) dia útil, contado de seu envio pela CONTRATANTE.
  - 3.1. Na hipótese de ausência de confirmação do recebimento da correspondência eletrônica no prazo acima estipulado, considerar-se-á como realizada e recebida a comunicação pela CONTRATADA.
4. Nos prazos para apresentação de defesa prévia e recurso, a Seção responsável pela intimação da CONTRATADA, franqueará, independentemente de pedido expresso, acesso ao “SEI – Sistema Eletrônico de Informações” ao representante legal da CONTRATADA, cujos dados foram informados na Proposta Comercial.
5. Quando estritamente necessário, as comunicações serão enviadas por via postal, endereçadas à empresa xx, situada na Rua/Avenida xx nº xx, Bairro xx, Cidade xx, Estado xx, CEP xx, telefone/fax (xx) xx.
  - 5.1. No caso de intimação para defesa e/ou recurso enviada por via postal e tratando-se de endereço localizado em edifício comercial, a CONTRATADA está ciente que a intimação será entregue na portaria e que o prazo para resposta será contado a partir do recebimento por funcionário próprio ou terceirizado atuante na referida portaria.
6. Eventuais mudanças de endereços deverão ser comunicadas por escrito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

O presente contrato vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Termo de Referência nº 10418815/2023;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2023 e anexos (xx);
- c) Proposta Comercial da CONTRATADA (xx), de xx;
- d) Processos Administrativos n.ºs 0001883-07.2023.4.03.8002 e xx; e
- e) Código de Conduta da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011 – CJF.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

As dúvidas e questões oriundas da execução do presente instrumento serão dirimidas no Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul - 1ª Subseção Judiciária.

Assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento em meio eletrônico, constante do Processo Administrativo nº xx, através do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Marchioli Leite, Diretora do Foro da SJMS**, em 13/12/2023, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **10421096** e o código CRC **4B65EB70**.